

Inspeção escolar: Revisando o estado da arte (2001-2021)

Jonas dos Santos Lima¹
Betijane Soares de Barros²



10.56238/rcsv14n5-015

RESUMO

O objetivo da elaboração deste artigo foi compreender a partir de pesquisa bibliográfica através do levantamento do Estado da Arte, o papel do Inspetor Escolar na atual conjuntura. Assim, acreditamos ser relevante nosso estudo científico, pois o mesmo enquanto um trabalho inédito visa ampliar o conhecimento sobre o papel da inspeção escolar de forma crítica e reflexiva; buscando ao mesmo tempo, uma melhor compreensão sobre o papel do Inspetor(a) Escolar a partir das produções científicas atualizadas. Quanto ao tratamento dos dados, foram utilizados para o levantamento das produções científicas voltadas para o objeto: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; SciELO; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Google Acadêmico. Durante a confecção deste trabalho científico, percebemos que a temática Inspeção Escolar é pouco estudada, tendo em vista a importância dos profissionais Inspetores Escolares no desenvolvimento da educação brasileira. Entendemos que a categoria necessita de uma reorganização através de uma legislação qualitativa que traga o bem-estar para estes profissionais, voltada para a garantia de direitos conquistados, que seja promotora de trabalhadores qualificados para os desafios impostos ao fazer da educação brasileira.

Palavras-chave: Conhecimento, Estado da Arte, Inspeção Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a Inspeção Escolar no Brasil, não é assunto comum na pauta de estudos das academias universitárias. Com a nossa experiência, podemos dizer, que é ainda um assunto de desconhecimento de boa parte da sociedade brasileira, inclusive, dos licenciados. Assim, acreditamos ser relevante o estudo que apresenta, pois contribuirá para esclarecer, não só como se organizam os sistemas de ensino, mas para contribuir com a desmistificação deste com redes de ensino.

Neste contexto, este trabalho científico visa ampliar o conhecimento sobre o papel da inspeção escolar de forma crítica e reflexiva; buscando ao mesmo tempo, uma melhor compreensão sobre o papel do inspetor(a) escolar a partir das produções científicas atualizadas, divulgadas entre o momento da aprovação da Lei nº 10.172/2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências até o momento da retomada das atividades presenciais nas unidades de ensino liberadas pelo Ministério da Educação, sendo este o marco temporal.

Buscaremos dar destaque para as produções regionais do objeto seguindo os modelos de formação docente em rede preconizado pelas IES públicas nas últimas décadas, ações que buscam a

¹ E-mail: jonaslima183@gmail.com

² E-mail: bj-sb@hotmail.com

formação e qualificação dos profissionais da educação, a partir de um amplo leque teórico e métodos de investigação científica apropriados para gestão qualitativa do trabalho em educação.

2 ESTADO DA ARTE

Os trabalhos científicos apresentados abaixo em ordem crescente trazem à cena as análises dos autores em confluência com nossa visão analítica sobre o papel do Inspetor Escolar a partir das legislações vigentes dentro do escopo das políticas educacionais brasileiras, na busca dos aspectos mais importantes na formação e profissão dos Inspectores Escolares, das barreiras e possibilidades de atuação desse agente educacional.

Na sua dissertação Costa (2009) discorre numa perspectiva crítica sobre a Inspeção Escolar pós LDB, avaliando como uma continuação desta atividade como um instrumento meramente de controle estatal. O que demonstra que a Inspeção Escolar mesmo estando ligada indiretamente aos conselhos estaduais e municipais de educação, atuante dentro das escolas, e como corpo integrante das secretarias de educação, ainda atua longe da participação da sociedade.

Uma questão que aflige diretamente a escola pública numa visão comunitária, isto é, a ação restrita de um profissional que tem as responsabilidades de verificar, avaliar e contribuir com o processo de ensino-aprendizagem acaba tornando o trabalho pedagógico mais difícil. Neste contexto a referida autora em suas conclusões “[...] aponta necessidades de melhores condições estruturais para atendimento às demandas do âmbito legal, de gestão e pedagógico.” Costa (2009).

Na tese produzida por Augusto (2010) ao abordar a temática sobre a regulação das políticas educacionais em Minas Gerais através da obrigação de resultados, coloca a Inspeção Escolar numa posição antagônica aos interesses do governo. Fato demonstrado pela autora quando verifica-se que: “O papel da Inspeção Escolar na regulação das políticas educacionais, em Minas Gerais, que se desenvolvem sob o enfoque da obrigação de resultados.” Completa a autora, segue a legalidade focada na vigilância do fazer escolar, ou seja, um distanciamento do Sistema de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) – Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, quando a flexibilidade nos processos e uma “autonomia escolar” estão entrelaçadas aos resultados das unidades de educação junto ao SIMAVE. O que a autora denomina de: “A política educacional se desenvolve no Estado, por meio do “Acordo de Resultados”, instrumento de pactuação de resultados, no contexto do programa de governo “Choque de Gestão” Augusto (2010).

Através do referencial teórico a autora buscou desvendar o lugar da Inspeção Escolar na chamada política de resultados da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais; [...] “e a sua compatibilidade com as medidas vigentes, na regulação das políticas educacionais.” (AUGUSTO, 2010). Nas conclusões do trabalho, percebe-se que existem duas políticas de gestão educacional, a

Inspeção Escolar acaba por inspecionar o programa “Choque de Gestão” ligado ao SIMAVE, uma estranha regulação da regulação como política de gestão na educação pública de Minas Gerais que afeta negativamente a escola pública.

No artigo científico de Augusto; Oliveira (2011) destaca-se a prática da Inspeção Escolar em Minas Gerais na perspectiva da obrigação de resultados e função de controle, a regulação educativa diante dos resultados, ou seja, produtividade e desempenho versus progressões na carreira docente, premiações e reajustes salariais como recompensas.” Por sua vez, a obrigação de resultados foca nas avaliações externas, estas, ligadas à lógica pragmática, uma cultura de produtividade vinculada à gestão liberal caracterizada por mais independência e descentralização das ações nas tomadas de decisões, mais autonomia para as unidades escolares e busca dos resultados definidos por acordos.

Entretanto, registra-se aí um paradoxo, uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que o sistema define a flexibilidade das ações da gestão escolar e incentiva a sua autonomia, institui o Sistema de Avaliação de Desempenho Institucional e o Sistema de Avaliação de Desempenho Individual (ADI), que são instrumentos de controle de resultados, no contexto da reforma gerencial do estado. (Augusto; Oliveira, 2011).

Desta forma, segundo Augusto; Oliveira (2011) os Inspectores Escolares visualizam com críticas tais medidas governamentais, definidas como centralizadoras, ao mesmo tempo, entre a classe dos Inspectores Escolares existe o desejo de mudanças da identidade, uma vez que, as ações administrativas e operacionais estão distanciadas dos processos político-pedagógicos das escolas. “Segundo as entrevistas, os inspetores se ressentem de falta de reconhecimento profissional e apresentam preocupação com a sua identidade profissional e com a crescente perda de direitos e a falta de condições favoráveis de trabalho.” (AUGUSTO; OLIVEIRA, 2011). Neste contexto, os atores sociais que atuam dentro da escola, assim com os Inspectores Escolares, perdem representatividade nas tomadas de decisões à cargo dos desígnios de uma política de governo e não de Estado, distante muitas vezes da educação pública como bem universal, como um bem da coletividade.

A dissertação de Pereira (2012) permeia sobre as relações de poder nas práticas da Inspeção Escolar no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, como foco no concurso para o cargo Professor Inspetor Escolar em 2007. Inicialmente foi realizada uma revisão da Inspeção Escolar no Brasil a partir das necessidades vigentes. Em seguida, a autora discutiu a Inspeção Escolar em acordo com as técnicas disciplinares oriundas do processo histórico de autoritarismo estatal, desaguando no neoliberalismo. Por último, o texto traz importantes reflexões sobre as atuais práticas desenvolvidas no âmbito da Inspeção Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, a partir dos conceitos: Análise de Implicação e Análise Institucional voltadas para uma sociologia de intervenção.

Segundo Pereira (2012) como considerações finais a autora aponta uma contínua prática histórica de controle, de vigilância, culminando com a fragmentação das práticas pedagógicas; ações evidenciadas após a década de 1990 com o avanço do Neoliberalismo e compromissos firmados com objetivos internacionais estranhos aos interesses nacionais. Desse modo, a função da Inspeção Escolar está baseada na ideia de prevenção, ou seja, evitar que os desvios aconteçam, portanto, através da vigilância constante (PEREIRA, 2012).

Prossegue a autora: “O inspetor representa então, o especialista que detém uma verdade em relação ao correto funcionamento de uma unidade escolar [...]”. “Em meio a tanto controle, não se pode desconsiderar o fato de que o grupo de Inspectores Escolares da SEEDUC-RJ é bastante questionador.” Pereira (2012). A autora completa, refletindo que esse “controle” é intenso justamente por conta das modificações no campo molecular que acabam desorganizando as relações, portanto, mudanças são possíveis e necessárias.

Por sua vez, o artigo científico produzido por Lima (2013) discute a Inspeção Escolar e o papel do Inspetor Escolar através da implantação do Sistema de Gestão Escolar - SAGEAL no Estado de Alagoas. Neste sentido, como um sistema voltado para à gestão educacional, portanto segundo a própria autora é viável discutir [...] “a importância da Implantação do Sistema de Gestão Escolar – SAGEAL na Escola Estadual de Coité das Pinhas – Igaci/AL.” [...] a autora destaca a ideia da implantação de sistemas de informatização como ferramentas para o melhor desempenho do inspetor escolar; [...]. “Nessa perspectiva, pode-se entender que a implantação do Sistema de Gestão Escolar – SAGEAL é de grande necessidade na escola referida, pois, com o advento da globalização torna-se cada vez mais necessário a inserção das escolas nesse espaço de informação instantânea.” (LIMA, 2013).

Angelo (2015) traz em seu artigo a Lei 10.63/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana nas instituições que fazem parte do sistema nacional de educação. De acordo com a autora, apesar de avanços significativos na aplicação da Lei 10.639 ainda existem muitas barreiras que impedem o estabelecimento do direito à diversidade etnicorracial nas escolas do RJ foco desta pesquisa. Neste aspecto, Angelo (2015) propõem um plano estratégico que provoque o Poder Público Estadual à autorizar os Inspectores Escolares da Secretaria de Estado e Educação do Rio de Janeiro para realizarem consultas e inspeções às escolas particulares sobre a implementação efetiva das Leis 10.639/03 e 11.645/2008, através da construção de relatórios e avaliações do processo, diante do justo cumprimento da lei em questão; “[...] dentro de uma perspectiva de educação inclusiva e democrática, com o compromisso de combater o racismo e todas as formas de discriminação [...]” (ANGELO, 2015). Neste aspecto, o papel do Inspetor Escolar aparenta ser (re)estabelecido de acordo com análises e imposições que acabam não sendo discutidas ou debatidas

internamente; interessante frisar que o trabalho apresentado por Silva (2016) vai na direção contrária ao objeto proposto aqui por Angelo (2015).

Silva (2016) na sua dissertação analisou as relações de poder da Inspeção Escolar estabelecida no Rio de Janeiro RJ, através das ações dos Professores Inspectores Escolares nas escolas cariocas, a partir dos discursos e dispositivos legais que caracterizam tais ações estabelecidas pela Inspeção Escolar no Rio de Janeiro. A autora procurou analisar também os atores inseridos na prática da Inspeção Escolar no RJ em acordo com o conceito de relação de poder forjado na teoria de Foucault.

Segundo Silva (2016) durante a pesquisa foi possível perceber que:

A construção de um perfil de inspetor escolar, feita a partir de dispositivos legais e discursos historicamente construídos faz com que o estado do Rio de Janeiro permaneça com um modelo de inspeção mais voltado para o controle, fiscalização, ações burocráticas e sanções.

Na visão da autora, a Deliberação CEE/RJ nº 357/2016 indica mudanças significativas, levando em consideração que a referida deliberação vinha sendo criticada desde 2005, após reclamações e confusões por conta da falta ou escassez dos Professores Inspectores Escolares nas unidade de ensino no RJ, uma vez que tais profissionais despachavam e assinavam diversos documentos escolares in loco.

Silva (2016) afirma que a medida aprovada pela CEE RJ,

[...] trouxe uma grande reviravolta para esta atuação, retirando das atribuições do professor inspetor escolar do quadro da SEEDUC/RJ as ações de verificação e validação da certificação dos concluintes do ensino médio e educação profissional de nível médio regular.

No decorrer da pesquisa a autora levanta uma questão importante, que trata da função exercida pelos Inspectores Escolares na SEEDUC RJ como primordiais e essenciais; por outro lado, na CEE RJ a visão sobre o papel exercido pelos Inspectores Escolares é inadequada e prejudicial ao sistema de educação do RJ. Destarte, tal dicotomia demonstra a situação incomoda dos profissionais da Inspeção Escolar no RJ, situação que prejudica o andamento das escolas, principalmente as unidades públicas. Diante das mudanças coordenadas pela CEE RJ, a referida autora levanta a necessidade de mudanças nas relações de poder a partir desta reordenação e organização nas funções exercidas anteriormente pelos Inspectores Escolares, e que tais ações possam contribuir com a autonomia e um gestão democrática nas escolas em prol da qualidade do ensino.

No artigo científico realizado por Silva; Rocha; Nascimento (2017) assim como o trabalho proposto por Lima (2013) observa-se a análise sobre o uso do software de gestão educacional desenvolvido em Minas Gerais, aqui nomeado como: Sistema de Gestão Escolar – SAGEAL; segundo

os autores, trata-se de um importante sistema informacional que objetiva a melhoria no tratamento e acesso de dados da Rede Estadual de Educação de Alagoas.

“A implantação de um sistema que represente a mudança na rotina administrativa escolar surgiu da premente necessidade de qualificação dos servidores até uma mudança de concepção nas práticas das atividades da rotina escolar administrativa.” Silva; Rocha; Nascimento (2017). Nas conclusões, trata-se de um sistema que agiliza e possibilita de certa forma, o papel da Inspeção Escolar, além de trazer a comunidade escolar para dentro da escola, numa perspectiva democrática.

O artigo produzido por Biase; Santos (2017) aborda o processo de formação do Inspetor Escolar focada na gestão democrática da educação, neste cenário, é necessário refletir sobre o tipo de formação que estes especialistas da educação estão recebendo. Para tanto, as autoras levantaram um questionamento sobre a possível formação dos Inspectores Escolares e suas atribuições na perspectiva democrática.

Segundo Biase; Santos (2017):

Os cursos de graduação em Pedagogia e de pós-graduação lato sensu têm grande responsabilidade na formação deste profissional no desenvolvimento de um ensino com bases epistemológicas centradas no contexto filosófico, sociológico, político, social, histórico, econômico e cultural.

Uma vez que, num contexto histórico tais instituições de ensino superior revelam características específicas, que exigem, segundo as autoras, uma ação avaliativa contínua. “Essas avaliações apontam algumas das principais crises enfrentadas por esses estabelecimentos, ora crises de gestão, ora pedagógicas, de autonomia, de modelo e função. Isto é, crise que afetam a qualidade do processo de construção do conhecimento.” Desta forma, as deficiências educacionais encontradas em diversos cursos de graduação e pós-graduação acarretam em geral, numa (de)formação acadêmica, pois, “[...] mentalidades desfragmentadas, produzem uma estupidez e imbecilidade generalizada, seres reprodutores de conhecimentos prontos e acabados e um comodismo sem questionamentos, [...]” Biase; Santos (2017). De acordo com as autoras, as instituições da área da educação necessitam de trabalhadores qualificados, com uma sólida formação acadêmica, voltada para os princípios democráticos, inclusivos e humanísticos.

Segundo Biase; Santos (2017) o Inspetor Escolar, como um gestor educacional, como um agente político de transformação social, deve atuar embasado numa prática profissional de alta performance, construtiva e integrada, aberto ao diálogo, aberto à comunidade escolar e pronto para apoiar nas resoluções dos problemas e conflitos.

Na sua dissertação (MARTINS, 2018) analisa uma série de manifestações e denúncias realizadas através do Serviço de Inspeção Escolar da Superintendência Regional de Ensino

Metropolitana entre 2105/2016; segundo a autora, é importante interpretar tais denúncias e dar os encaminhamentos necessários, além de caracterizar de que forma tais informações são tratadas tanto na Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais como também, pela Ouvidoria Educacional; e qual o papel do Serviço de Inspeção Escolar “e, por fim, propor um plano de ação para prevenir e/ou reduzir as reclamações.” Martins (2018).

De acordo com a autora, os profissionais que atuam como Inspectores Escolares na rede pública mineira, por conta do acúmulo de tarefas, além da quantidade de denúncias recebidas via ouvidoria, não estão dando conta das atribuições e competências que o cargo requer; [...] “já que grande parte do seu tempo é dedicado ao processo de apuração e resposta.”

O entendimento do objeto segundo a autora, segue em acordo com accountability da administração gerencialista, ou seja, com princípios de responsabilidade e prestação de contas diante das necessidades de quem está do outro lado do balcão; “[...] além de trazer considerações sobre o papel do inspetor nesse contexto e sua atuação na garantia de satisfação do cidadão-cliente.”

Nesta perspectiva, conclui Martins (2018) que é necessário um planejamento estratégico focado em ações voltadas ao pleno exercício do cargo de Inspetor Escolar, além de gerenciamento dos dados obtidos através das ouvidorias e uma pronta resposta através de ações preventivas que garantam a satisfação no atendimento dos cidadãos.

No seu artigo Santos (2019) traz uma reflexão epistemológica sobre o Inspetor Escolar como um agente educador e integrador, calçado no processo de aprendizagem, na avaliação dos alunos e na avaliação escolar; aquele que colabora com a equipe diretiva, objetivando a organização escolar como uma só comunidade. Neste ambiente, é importante que o Inspetor Escolar compreenda a realidade social da escola onde atua, para que seja possível diagnosticar os problemas, e as devidas soluções e encaminhamentos, respeitando a identidade de cada unidade de ensino.

O foco deste profissional de estar no avanço da aprendizagem e no percurso escolar do aluno, a partir de uma concepção teórica da educação atrelada à concepção teórica da sociedade onde, tanto o educador como o aluno estejam em sintonia, sejam aliados na construção da aprendizagem. De acordo com Santos (2019) o processo avaliativo escolar está baseado numa didática permanente, com vistas ao progresso, barreiras na aprendizagem e reorganização do trabalho docente; “[...] avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos [...]” (SANTOS, 2019).

Discorre a autora, ao afirmar que o processo avaliativo é essencialmente individual ao tratar dos educandos, devendo ser pautado no potencial destes. Nesta conjunção é de suma importância que, “[...] o professor discuta seus instrumentos, métodos e procedimentos de avaliação junto com a equipe

que compõe a escola [...],” dentro de numa concepção pedagógica social, de valorização, como prática coletiva e democrática.

Na visão de Santos (2019) tal “[...] mudança de paradigmas exige a incorporação de novas atitudes e de novos valores para a construção de uma nova mentalidade educacional e de uma outra perspectiva para a educação [...].” Nesta perspectiva, o Inspetor Escolar é deslocado da sua ação fiscalizadora habitual, se colocando como um colaborador-facilitador com a missão de promover e estimular um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, que envolva: professores, estudantes, equipe técnico-pedagógica e o pessoal do administrativo.

Na construção de sua dissertação de Martins (2020) aborda a Inspeção Escolar diante das questões pedagógicas e das questões administrativas que permeiam o processo educativo. Destarte, a pesquisa científica de Martins (2020) demonstrou que a Inspeção Escolar deve ser estudada permanentemente; da mesma forma, as ações e práticas desenvolvidas pelos Inspectores Escolares, a partir dos métodos e técnicas empregadas no exercício profissional na SRE - Uberlândia.

Na visão de Martins (2020): “Tanto a inspeção especial, quanto a inspeção regular, devem ser objeto de ressignificação, considerando as mudanças na sociedade brasileira e na prática democrática que deve nortear todas as ações dos profissionais da educação.” No decorrer da pesquisa Martins (2020) detectou que os Inspectores Escolares atuam em geral embasados em posturas históricas, ligadas às mudanças determinadas por momentos políticos da democracia brasileira, neste caso, observa-se que o exercício profissional está vinculado à política vigente. Neste aspecto, ressalta o autor, é necessário a deliberação de alternativas que foquem o exercício qualitativo do cargo de Inspetor Escolar; assim, o autor ressalta que é prudente o “[...] estabelecimento de políticas públicas para a área de recursos humanos na Secretaria de Estado de Educação. Martins (2020). Em suas conclusões, Martins (2020) defende a tese que a prática pedagógica no contexto da Inspeção Escolar deve ser estudada e debatida continuamente num ambiente democrático e participativo, que envolva todos os profissionais da educação dentro das diferentes esferas da administração pública em Minas Gerais.

Gomes (2020) através da sua dissertação, apresenta o conceito de Gestão do Conhecimento (GC) e de que forma a GC pode ser inserida no setor de Inspeção Escolar, assim como, a realização de possíveis aprimoramentos deste conceito no Serviço de Inspeção Escolar (SIE). Neste enquadramento, o referido estudo analisou a GC desenvolvida pelos Inspectores Escolares de uma Superintendência Regional de Ensino (SRE) localizada no interior de Minas Gerais. Sobre a temática, o autor propôs a seguinte questão: “Quais ações podem ser adotadas para propor aprimoramento em processos relacionados à gestão do conhecimento produzido pelos inspetores escolares da SRE de Ethéria?” Gomes (2020).

De acordo com o autor, para o incremento de uma GC no serviço público, é essencial que os atores envolvidos saibam operar tal ferramenta; em seguida, os resultados da pesquisa indicaram que a SRE Ethéria (nome fictício) e a própria SEEMG precisam readequar os controles de proteção do conhecimento gerado pelo SIE na referida superintendência, estendendo tal ferramenta para o setor de Inspeção Escolar desta regional.

Para Gomes (2020):

O desenvolvimento de técnicas mais elaboradas e formalizadas de formação inicial e em serviço se apresenta como um possível pontapé, devendo a administração pública educacional estar atenta à perda organizacional de conhecimento quando do afastamento e/ou saída de um inspetor escolar da regional de ensino à qual estava vinculado. Além disso, há também a necessidade de trabalhar a implantação, a guarda e a manutenção dos registros em arquivos específicos do SIE da SRE de Ethéria para garantia da memória organizacional do setor.

Em prol do fortalecimento do clima organizacional e da estruturação do conhecimento institucional tanto na SIE com na própria SRE Ethéria, o autor defende que as informações sejam socializadas internamente. Nesta condição, o autor espera que haja uma guarda da memória institucional.

Outro resultado esperado diz respeito a um menor esforço para a efetividade das atribuições do setor de inspeção, trazendo, com isso, mais leveza para os inspetores escolares que são os atores principais deste estudo e que tanto se sacrificam para fazer valer seus direitos, deveres e contribuir para o alcance de uma educação de qualidade em sua jurisdição, contribuindo, assim, para ampliar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados pela inspeção escolar da SRE de Ethéria. (GOMES, 2020).

Neste âmbito, de acordo com Gomes (2020) é possível perceber que a má GC e a falta de uma socialização das informações institucionais nas devidas proporções, além de uma indefinição das atribuições dos Inspetores Escolares pertencentes à SIE – SRE Ethéria dificulta o trabalho, comprometendo uma prestação do serviço público na área da educação.

Na direção do trabalho científico proposto por Martins (2018), a dissertação de Souza (2020) aborda as repetidas manifestações que chegam na Ouvidoria Educacional (OE) – Superintendência Regional de Ensino (SRE) Diamantina MG.

Segundo o autor, as causas dessas manifestações ocorridas entre 2015-2018 estão ligadas às demandas que não são resolvidas, em diversos casos, questões de simples resoluções que podem ser diluídas dentro da escola. Como proposta, Souza (2020) aponta, “[...] um plano de ação para o Inspetor Escolar atuar de maneira preventiva, desenvolver com as escolas ações que elevem a qualidade dos serviços ofertados e criar ou ampliar os instrumentos de diálogos existentes para que as demandas mais simples [...]”.

Como pesquisador-participante apoiado no referencial teórico (SOUZA, 2020) traz para o centro do objeto as reflexões da administração pública no Brasil, assim como, ações de accountability focadas no gerenciamento, proteção e tratamento adequado de dados pessoais de terceiros, além da criação e fortalecimento das ouvidorias educacionais; dentro do Plano de Ação Educacional (PAE) proposto pelo autor, o Inspetor Escolar deve estar preparado para enfrentar possíveis conflitos organizacionais na perspectiva das políticas públicas, a partir da valorização do diálogo e da mediação de conflitos. Segundo Souza (2020) devem estar inseridos no PAE: um padrão para apuração de manifestações, a criação de mecanismo de apuração, monitoramento e controle das respostas às manifestações; e a disponibilidade de uma formação constante para os Inspectores Escolares, assim como, para os demais trabalhadores das escolas da rede estadual mineira.

No trabalho científico de Oliveira (2021) sua dissertação buscou descrever o percurso do Inspetor Escolar e os obstáculos enfrentados numa Superintendência Regional de Ensino (SRE) da região de Belo Horizonte MG. Durante a pesquisa a autora detectou que os Inspectores Escolares SRE BH encontraram vários obstáculos no decorrer da atuação profissional, principalmente no início da carreira; posteriormente a sobrecarga de trabalho e a prática do desvio de função (atividade pedagógica) são as principais queixas destes profissionais, uma problemática que acaba desorientando o trabalho pedagógico nas escolas públicas mineiras, uma vez que, tal profissional atua diretamente na rede de ensino. Para tanto, Oliveira (2021) propôs uma ação de valorização e incentivos do Inspetor Escolar a partir dos seus companheiros de trabalho, ajuda mutua. Além, de projetos de formação constante no ambiente da SRE BH.

Após o levantamento dos dados, a filtragem documental efetivada resultou na confecção de quadros analíticos que demonstram um caminho intelectual plural e um percurso metodológico semelhantes entre si, sobre o papel do Inspetor Escolar através das pesquisas elencadas e distribuídas na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos estudos de acordo com autoria, títulos e tipo da pesquisa

Autor	Tipo e local de produção	Título	Tipo de Pesquisa
Costa (2009)	Dissertação - Alagoas	A inspeção escolar em Alagoas pós LDB n.º 9394/96: um instrumento de controle do Estado ou uma instância de avaliação?	Pesquisa qualitativa concebida na forma de estudo de caso
Augusto (2010)	Tese – Minas Gerais	A regulação das políticas educacionais em Minas Gerais e a obrigação de resultados: o desafio da inspeção escolar	Pesquisa documental – descritiva; método quanti-qualitativo.
Augusto; Oliveira (2011)	Artigo - Minas Gerais	O desafio da inspeção escolar e a obrigação de resultados em Minas Gerais.	Pesquisa descritiva; método analítico de investigação.
Pereira (2012)	Dissertação - Rio de Janeiro	Inspeção Escolar: uma análise das relações de poder.	Pesquisa documental e bibliográfica; qualitativa; método

			histórico-filosófico e método análise institucional.
Lima (2013)	TC Artigo – Igaci AL	A Importância da Implantação do Sistema de Gestão Escolar - SAGEAL na Escola Estadual de Coité das Pinhas – Igaci/AL.	Pesquisa descritiva e bibliográfica; pesquisa de campo.
Angelo (2015)	Artigo - RJ	Inspeção escolar da implementação da lei nº 10.639/03 no ensino privado: uma proposta para equipe de professores inspetores escolares da secretaria de estado e educação do Rio de Janeiro	Pesquisa-ação; Pesquisa documental.
Silva (2016)	Dissertação - RJ	O Poder do Carimbo: uma análise da legislação, do perfil e das relações que envolvem a inspeção escolar no estado do Rio de Janeiro.	Pesquisa descritiva; Pesquisa qualitativa.
Silva; Rocha; Nascimento (2017)	Artigo – São Miguel dos Campos AL	Sistema de gestão escolar (SAGEAL): implantação e suas aplicações nas escolas estaduais da 2ª gerência regional de educação (2ª Gere).	Pesquisa descritiva; Pesquisa documental.
Biase; Santos (2017)	Artigo - MG	Inspeção Escolar: atuação no processo democrático das instituições de ensino	Pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; método dedutivo
Martins (2018)	Dissertação – Belo Horizonte MG	Ouvidoria Educacional e Inspeção Escolar: as implicações das manifestações recebidas no trabalho do inspetor escolar.	Pesquisa estudo de caso, por meio de uma abordagem qualitativa
Santos (2019)	Artigo - BR	O Inspetor Escolar como Facilitador da Aprendizagem no Ensino Fundamental	Pesquisa qualitativa
Martins (2020)	Dissertação – Uberlândia MG	Inspeção Escolar em Minas Gerais: A atuação pedagógica frente às demandas administrativas.	Pesquisa qualitativa; descritiva;
Gomes (2020)	Dissertação – Juiz de Fora MG	Gestão do conhecimento no Serviço de Inspeção Escolar de uma Superintendência Regional de Ensino do interior de Minas Gerais.	Pesquisa qualitativa e descritiva.
Souza (2020)	Dissertação – Diamantina MG	A apuração de manifestações pelo Serviço de Inspeção Escolar na Superintendência Regional de Diamantina: desafios e propostas	Pesquisa Estudo de Caso; abordagem qualitativa.
Oliveira (2021)	Dissertação – Belo Horizonte MG	As dificuldades enfrentadas pelo Inspetor Escolar no exercício da carreira em uma Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais	Pesquisa Estudo de Caso

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Os dados apresentados na Tabela 1 indicam pontos interessantes, uma predominância de trabalhos realizados em Minas Gerais, o que demonstra o papel desempenhado pelo Programa de Pós-

Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública - Universidade Federal de Juiz de Fora MG como um importante centro de produção científica na área de Gestão Educacional no país. O modelo metodológico independentemente da localização dos trabalhos citados, trouxe uma análise dos objetos através das chamadas pesquisas qualitativas. Segundo Minayo, (2014): “A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes.

As pesquisas denominadas de Estudo de Caso foram identificadas em menor número; a maior parte dos trabalhos são de cunho documental, o que demonstra a preocupação dos pesquisadores com análises de documentos inéditos, com também, documentos oficiais (GIL, 2008). Por outro lado, as pesquisas dialéticas na perspectiva marxista não figuram nestes processos, embora a figura de Michel Foucault pudesse ser identificada em alguns trabalhos, o que demonstra uma reflexão crítica dos objetos, uma questão para uma discussão futura.

Abaixo estão os extratos epistemológicos dos trabalhos científicos elencados neste estudo, onde os referidos autores trazem suas visões e reflexões sobre o Inspetor Escolar na sociedade contemporânea (Tabela 2).

Tabela 2 – Arcabouço Epistemológico

Autor	Contribuições e avanços científicos	Contribuições efetivas para o exercício da Inspeção Escolar
Costa (2009)	As contribuições teóricas vão desde uma abordagem conceitual, perpassando pelo exercício da avaliação e do planejamento, ferramentas inerentes à Inspeção no processo avaliativo de práticas educativas institucionais, no desenvolvimento das políticas públicas da educação.	A LDBEN nº 9394/96, ratifica a atuação da Inspeção como instância avaliativa, mas também como instrumento de controle do Estado. O trabalho aponta necessidades de melhores condições estruturais para atendimento às demandas do âmbito legal, de gestão e pedagógico.
Augusto (2010)	Conceito de Regulação Educacional; Sistema de Avaliação da Educação Pública – MG	Necessidade da participação social na condução das políticas educacionais; Problemática da falta de regulação e reconhecimento da profissão Inspetor Escolar.
Augusto; Oliveira (2011)	Conceito de regulação educativa; Conceito de obrigação de resultados	A noção de educação pública como bem social e universal; A regulação das políticas educacionais no sistema estadual, em Minas Gerais, não ocorre de acordo com o que os autores denominam (re)ajustamento das ações, em função da diversidade de interesses dos profissionais da educação.
Pereira (2012)	Relação de poder – Foucault; Governamentalidade – Foucault; Burocracia Pedagógica; Análise de Implicação Lapassade	Reflexões sobre a prática diária do Inspetor Escolar a partir das relações: poder-liberdade-controle; Possibilidades de transformação a partir de micro intervenções.
Lima (2013)	Sistema de Gestão Escolar – sistema informatizado.	Sistemas de informatização para o melhor desempenho do inspetor escolar e a estreita ligação entre os órgãos do Sistema Educacional; inserção da escola no ambiente informacional.

Angelo (2015)	Lutas antirracistas no Brasil; Políticas de Ação Afirmativas.	Capacitação técnica do Inspetor Escolar para a efetiva fiscalização do cumprimento do Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana nos sistemas de ensino brasileiro nas escolas particulares RJ.
Silva (2016)	Conceito de regulação educativa; Relações de Poder	Necessidade de uma (re)construção da prática dos Inspectores Escolares. Sintonia entre os órgãos da gestão educativa no RJ.
Silva; Rocha; Nascimento (2017)	Sistema de gestão escolar (SAGEAL)	Capacitação técnica dos profissionais da Gestão Educacional em Alagoas para o uso de software.
Biase; Santos (2017)	Gestão Escola Democrática; Visão Social da Educação.	Fortalecimento da formação acadêmica voltada para o setor da educação; fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação, entre eles: Inspetor Escolar. Defesa de uma educação democrática e inclusiva. Transformar a escola a partir de uma proposta política de educação inclusiva e democrática.
Martins (2018)	Administração Pública no Brasil; accountability da administração gerencialista	Fortalecimento das ações de capacitação dos Inspectores Escolares MG.
Santos (2019)	Inspetor Escolar: agente educador; conceito de avaliação da aprendizagem; função social da escola; concepção pedagógica de valorização	Inspeção Escolar no processo de ensino-aprendizagem.
Martins (2020)	Inspeção Escolar Regular e Especial; Agenda Pedagógica.	A falta de formação continuada aos inspetores escolares e a definição das atividades pedagógicas a serem realizadas pela equipe de inspetores, vez que a visão da inspeção escolar, ainda causa dúvidas.
Gomes (2020)	Conceito de Gestão do Conhecimento; Conceito de Conhecimento Corporativo.	Gestão do Conhecimento na administração pública. Socialização do conhecimento em prol da guarda da memória institucional. Valorização da atividade desempenhada pelos Inspectores Educacionais em Minas Gerais.
Souza (2020)	Administração pública no Brasil; propostas de accountability; gerencialismo; mediação de conflitos	Criação das ouvidorias; formação dos Inspectores Escolares; valorização do diálogo e a mediação dos conflitos; criação e/ou ampliação dos canais de diálogos com a comunidade escolar.
Oliveira (2021)	Gestão do Conhecimento; Memória Institucional	Ações de reestruturação e apoio no trabalho do Inspetor Escolar.

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Diante dos dados apresentados na tabela 2 é possível perceber que o Inspetor Escolar é respaldado em todos os trabalhos, um fator importante concentra-se na questão de uma necessária reestruturação da carreira destes profissionais e a implementação de ações de formação e treinamentos constantes. As discussões em torno da gestão democrática da escola, da gestão do conhecimento estão no cerne dos debates sobre o papel da Inspeção Escolar, o que indica a importância de uma remodelação nas relações institucionais baseadas no diálogo, respeito e profissionalismo, entre os sujeitos envolvidos na área da educação pública no Brasil como também no setor privado.

3 METODOLOGIA

O Estado da Arte do objeto colocado caracteriza-se como bibliográfico, está ancorado na metodologia qualitativa, uma vez que o fenômeno estudado envolve aspectos subjetivos, a partir de relações e dinâmicas sociais entres os sujeitos envolvidos e a sociedade, por isso é flexível.

O estado da arte é um método de pesquisa que se realiza por meio de uma revisão bibliográfica sobre a produção de determinada temática em uma área de conhecimento específica. Essa revisão busca identificar que teorias estão sendo construídas, quais procedimentos de pesquisa são empregados para essa construção, o que não está em discussão e precisa ser trabalhado, que referenciais teóricos se utilizam para embasar as pesquisas e qual sua contribuição científica e social. (SILVA; CARVALHO, 2014).

Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (2001, p. 14) indica “[...] o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Quanto ao tratamento dos dados, serão utilizados para o levantamento das produções científicas voltadas para o objeto: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; SciELO; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Google Acadêmico, nestas plataformas de buscas foram utilizados os descritores “Inspeção Escolar” e Inspetor Escolar nos campos: título; resumo; palavras-chave. Durante o levantamento e seleção dos trabalhos científicos foram encontrados 15 produtos: 1 TCC (artigo), 5 artigos, 8 dissertações de mestrado e 1 teses de doutorado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a confecção deste trabalho científico, percebemos que a temática Inspeção Escolar é pouco estudada, tendo em vista a importância dos profissionais Inspectores Escolares no desenvolvimento da educação brasileira. Entendemos que a categoria necessita de uma reorganização através de uma legislação qualitativa que traga o bem-estar, voltada para a garantia de direitos conquistados, que seja promotora de profissionais qualificados para os desafios impostos ao fazer da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Viviane Rodrigues Santos. Inspeção escolar da implementação da Lei nº 10.639/03 no ensino privado: uma proposta para equipe de professores inspetores escolar da secretaria de estado e educação do Rio de Janeiro. In: Rev. ENCRESPANDO SEMINÁRIO INTERNACIONAL: REFLETINDO A DÉCADA INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES ONU, 1, 2015, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: < <https://encrespando.jur.puc-rio.br/index.php/files/article/view/10>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. A regulação das políticas educacionais em Minas Gerais e a obrigação de resultados: o desafio da inspeção escolar. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação – FAE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

AUGUSTO, Maria Helena; OLIVEIRA, Dalila Andrade. O desafio da inspeção escolar e a obrigação de resultados em Minas Gerais. RBPAAE, Brasília DF, v.27, n.2, 2011. p. 307-320. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/24775>>. Acesso em 19 jul. 2022.

BIASE, Érica Giaretta; SANTOS, Ivana Ferreira dos. Inspeção Escolar: atuação no processo democrático das instituições de ensino. Revista Humanidades e Inovação. Palmas: TO, v.4, n. 5 – 2017. 167-175 p. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/230>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 – Brasília, DF, 10 jan. 2001, Página 1. (Publicação Original). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. Lei n.º 14.113, de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Ed. 246-C, Seção 1, Brasília, DF, 25 dez. 2020. (Publicação Original). Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/12/2020&jornal=602&pagina=1>>. Acesso em 19 jul. 2022.

COSTA, Maria José Alves. A inspeção escolar em Alagoas pós LDB n.º 9394/96: um instrumento de controle do Estado ou uma instância de avaliação? Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Douvânio de Oliveira. Gestão do conhecimento no Serviço de Inspeção Escolar de uma Superintendência Regional de Ensino do interior de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

LIMA, Maria Elizângela Rocha de. A Importância da Implantação do Sistema de Gestão Escolar - SAGEAL na Escola Estadual de Coité das Pinhas Igaci/AL. TCC (Especialização em Inspeção Escolas e Práticas de Supervisão) - Universidade Cândido Mendes, Igaci, 2013.

MARTINS, Izabella Cavalcante. Ouvidoria Educacional e Inspeção Escolar: as implicações das manifestações recebidas no trabalho do inspetor escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

MARTINS, Marcel. Inspeção Escolar em Minas Gerais: A atuação pedagógica frente às demandas administrativas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. (Org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14^a ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Vanessa de Paula. As dificuldades enfrentadas pelo Inspetor Escolar no exercício da carreira em uma Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2021.

PEREIRA, Jéssica Coelho de Lima. Inspeção Escolar: uma análise das relações de poder. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/14909/1/Dissert_%20Jessica%20Coelho.pdf>. Acesso em 19 jul. 2022.

SANTOS, Maria Cristina Pinheiro dos. O Inspetor Escolar como Facilitador da Aprendizagem no Ensino Fundamental. Unieducar, 2019. Disponível em: < <https://unieducar.org.br/blog/o-inspetor-escolar-como-facilitador-da-aprendizagem-no-ensino-fundamental>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa e; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução. In: REDOR, 18, 2014, UFRPE, Recife. Disponível em: < <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2192/648>>. Acesso em 18 jul. 2022.

SILVA. Cristiana Cecilia Pinto da. O Poder do Carimbo: uma análise da legislação, do perfil e das relações que envolvem a inspeção escolar no estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SILVA, Gleber Gláucio do Nascimento Soares da; ROCHA, Cristiane de Castro Laranjeira; NASCIMENTO, Jeane Cristina Rodrigues do. Sistema de gestão escolar (SAGEAL): implantação e suas aplicações nas escolas estaduais da 2^a gerência regional de educação (2^a Gere). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 11., 2017, Aracaju. Anais eletrônicos [...] Aracaju: Educon, 2017. p.1-5. Disponível em: < https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9075/18/Sistema_de_gestao_escolar_sageal_implantacao_e_suas_aplicacoes_nas_escolas.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SOUZA, Cícero José de. A apuração de manifestações pelo Serviço de Inspeção Escolar na Superintendência Regional de Diamantina: desafios e propostas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.